

Eixo Temático

2. Educação no Campo e Políticas Públicas

Título

EDUCAÇÃO INTEGRAL – DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM ESCOLAS DO CAMPO

AutorA

Rosa Maria da Silva¹

Instituição

UFMS

Palavras-chave

Educação do campo, Políticas públicas, Mais Educação

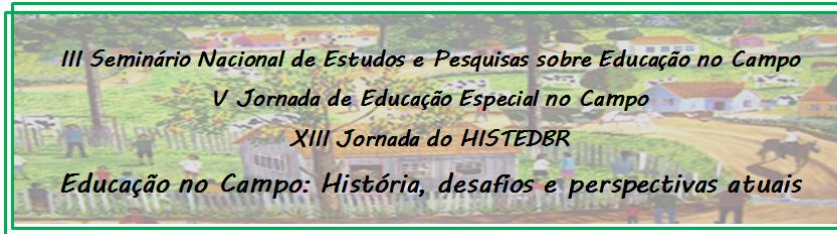
Resumo

Este trabalho buscará fazer uma reflexão sobre **Políticas públicas** voltadas a **Educação do Campo** em especial a que se refere a **Educação em Tempo Integral – Programa Mais Educação**, tendo em vista ser uma política que tem como objetivo melhorar a qualidade da educação da criança e do adolescente brasileiro, o programa amplia tempo e espaço dos atores envolvidos no processo, é uma estratégia do governo federal para a promoção da educação integral no Brasil contemporâneo. Primeiramente exponho e comento algumas políticas públicas para a educação do campo em seguida busco fazer uma pequena análise sobre a maneira como são implantadas algumas políticas e por último o texto busca possibilitar a reflexão sobre o que acrescenta a Educação em Tempo Integral para os povos do campo. É um relato de experiência baseado nas minhas vivências escolares, faço também alguns questionários aos alunos da Escola Municipal Rural Polo Paiolzinho, localizada no assentamento Paiolzinho do município de Corumbá.

Texto Completo

A Educação do Campo só passa a ser contemplada na Constituição brasileira a partir de 1988, quando no seu Art. 212, proclama a educação como “Direito de todos e

¹ Professora, atualmente gestora da Escola Municipal Rural Polo Paiolzinho Município de Corumbá Mato Grosso do sul. Especialização: Educação Básica na Perspectiva da Educação Inclusiva. UFMS.



dever do estado” transformando-se assim, em direito público subjetivo, independentemente de residir na área rural ou urbana, desde então inicia-se uma discussão a nível nacional com eixos norteadores que buscam refletir a realidade dos povos do campo. Vários grupos organizados advindos de movimentos sociais da sociedade civil começaram a pensar numa educação mais adequada para as escolas rurais e procuraram discutir propostas mais concretas inclusive estas propostas se fortalecem em 1996 quando surge a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), que em seu artigo 28 trata especificamente da educação rural:

Art.28. Na oferta de educação para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação: as peculiaridades, da vida rural e de cada região especialmente: I – Conteúdos curriculares e metodologia, apropriadas as reais necessidades e interesse dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar a fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL/MEC, LDB 9.394/96, art. 28).

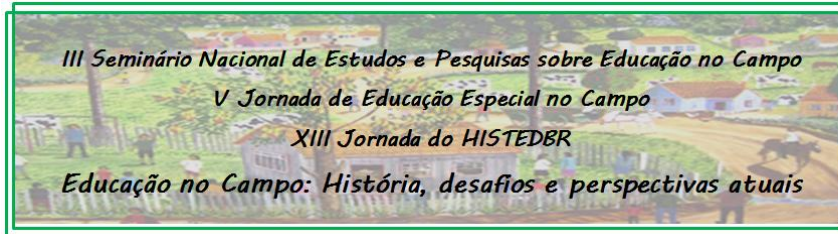
A LDB ainda abre espaços para uma adequação da escola e a vida da população rural quando se refere às diferenças regionais, pois, coloca em seu Art.26: Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum a ser contemplada por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade da cultura e da clientela.

O governo Federal também implanta as Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo por ocasião do grito da terra Brasil/2003, o texto dessas Diretrizes, em seu Parágrafo Único do artigo 2º, demarca com clareza a concepção de escola do campo defendida pelos sujeitos sociais que se atrelam a:

A identidade a escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede da ciência e tecnologia disponíveis na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões a qualidade da vida social no país.

Isso é reafirmado na II Conferência de Educação do Campo realizado em agosto de 2004 na cidade de Luziânia GO discutindo o tema: Por uma Política Pública de

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

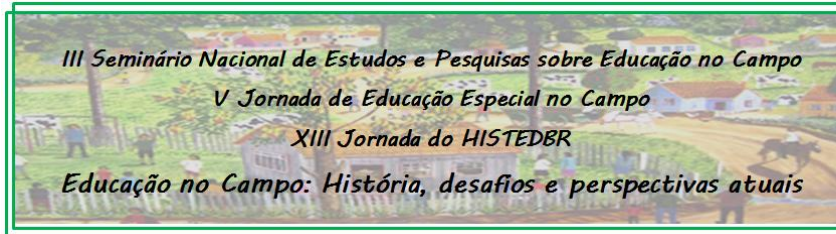


Educação do Campo, esses eventos buscam discutir processos inovadores na construção de propostas que garantam a reflexão político-pedagógica partindo da prática já existente.

Foram muitos os encontros e conferências de educadores e educadoras e outras lideranças da Reforma Agrária promovidos pelo Movimento sem-terra – MST, muitos deles contaram com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência – UNESCO, Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e Universidade Nacional de Brasília – UNB, para discutir conceito, cultura, modos de vidas, relação de produção tempo espaço e meio ambiente, organização do trabalho e da família no campo, por consequência muitos os debates possibilitavam da construção de propostas educacionais mais voltada à realidades aos povos do campo e a elaboração de políticas públicas de educação partindo de uma reflexão político-pedagógica da prática já existente. Como resultado destes movimentos surgiu em 1998 o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA que tem como principal objetivo alfabetizar e elevar o grau de escolaridade de jovens e adultos de projetos de assentamentos da reforma agrária. Alguns estudos nos fizeram perceber a importância do PRONERA como política pública de educação para a população assentada da Reforma Agrária, tais como os de: Santos (2009) que analisa a atuação dos movimentos sociais como protagonistas de políticas públicas para a Educação do Campo, e Molina (2004) que investigou o que produziu a existência do PRONERA, e qual seu significado para o desenvolvimento sustentável do meio rural.

Em 2004 o governo federal cria a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade SECAD/MEC. O objetivo da SECAD é em parceria com os sistemas de ensino inclusive com a educação do campo, contribuir para o desenvolvimento de uma educação voltada à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental. As ações, projetos e programas da SECADI são destinados à formação de gestores e educadores, à produção e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos, à disponibilização de recursos tecnológicos e à melhoria da infraestrutura das escolas, buscando incidir sobre fatores que promovam o pleno acesso à escolarização e à participação de todos os estudantes, com redução das desigualdades educacionais, com

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



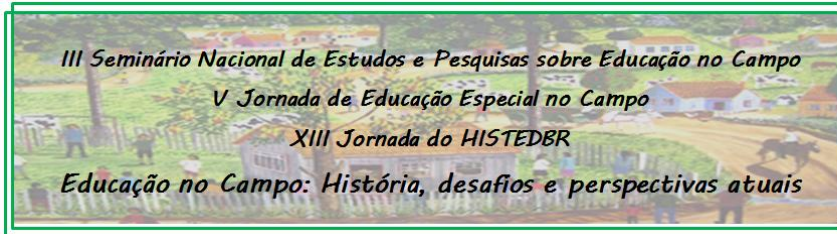
equidade e respeito às diferenças, ainda as escolas do campo propõe o atendimento às especificidades das populações que nele vive.

Com as atuais e complexas transformações que vem ocorrendo em nossa sociedade surgem também novos desafios sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais para a educação formal. Muitos estudos realizados com participação/aportes de organismos internacionais (Parandekar, Oliveira e Amorim, 2008, Unicef, 2007 e 2010) investigam como tem se dado a busca de eficácia e eficiência educacional, espera-se que a escola intensifique seu ensino e proponha uma formação cada vez mais voltada à estes fins. Países do mundo inteiro aspiram crescimento e acreditam que é através do investimento na educação que obterão os resultados necessários ao desenvolvimento da sociedade.

Essa demanda urgente por resultados resulta na criação de novas políticas e novos programas educacionais, um deles é o Programa Mais Educação instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), na verdade nasce como uma estratégia do governo federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. (Portal.mec.gov.br/SECAD)

O objetivo do programa é colaborar para a diminuição das desigualdades educacionais e a valorização da diversidade cultural brasileira. Por isso coloca em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios da Educação – MEC, da Cultura – MINC, do Esporte – ME, do Meio Ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, da Ciência e da Tecnologia – MCT e, também da Secretaria Nacional de Juventude e da Assessoria Especial da Presidência da República, essa última por meio do Programa Escolas-Irmãs, passando a contar com o apoio do Ministério da Defesa, na possibilidade de expansão dos fundamentos de educação pública. Também se fortalece através da legislação educacional brasileira e pode ser apreendido em nossa Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 227; no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 9089/1990); em nossa Lei de Diretrizes e Bases (Lei n.º 9394/1996), nos artigos 34 e 87; no Plano Nacional de Educação (Lei n.º 10.179/2001), no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**

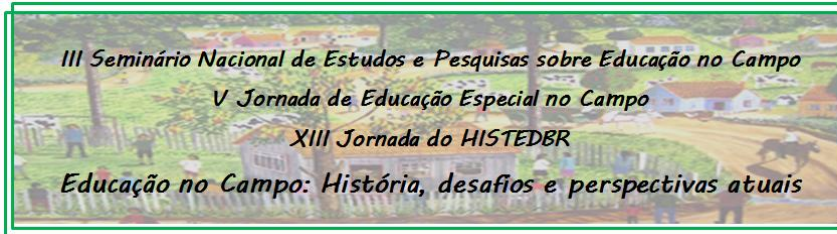


Fundamental e de Valorização do Magistério (Lei n.º 11.494/2007) e no Plano de Desenvolvimento da Educação.

O Programa Mais Educação prioriza escolas de baixo IDEB, situadas em capitais, regiões metropolitanas e grandes cidades em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social que requerem a convergência prioritária de políticas públicas e educacional, é operacionalizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), do Programa Bolsa Família (PBF), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as escolas prioritárias. O desenvolvimento prático do programa para as escolas do campo se dá através de Macrocampos sendo eles: Acompanhamento Pedagógico; Iniciação Científica; Educação em Direitos Humanos; Cultura e Arte e educação patrimonial; Esporte e Lazer; Memória e História das Comunidades Tradicionais. Cada um desses macrocampos é dividido em atividades, sendo o acompanhamento pedagógico obrigatório, todo o trabalho deve ser contextualizado com o projeto político pedagógico específico e em diálogo com sua comunidade, deverá se realizar estudos e levantamentos para se definir quantos e quais alunos participarão das atividades, sendo desejável que o conjunto da escola participe nas escolhas.

Bom, no primeiro momento ao estudar alguns textos e o livro Passo a Passo do Programa Mais Educação organizado Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) percebi que as escolas do campo não eram citadas, porém o programa chega até nós em 2013, como gestora de uma Unidade Escolar do campo desde 2009, não vou dizer que não é um ganho, porém chegou de uma maneira um pouco frenética, de repente fomos convidados pela Secretaria Municipal de Educação a aderir ao programa, a preocupação era não perder o recurso, não tivemos muito tempo para discutir o programa na comunidade, fomos orientados por um dos técnicos da secretaria a preencher os formulários de adesão disponíveis formulário no portal do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), a urgência era de sermos contemplados e então baseados nas experiências e conhecimento dos educandos e comunidade optamos pelos seguintes macrocampos e atividades:

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**

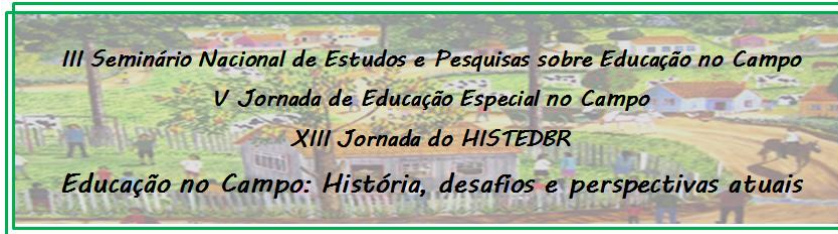


- Acompanhamento Pedagógico, atividade: Matemática e letramento;
- Agroecologia, atividade: Canteiros sustentáveis.
- Cultura e Artes, atividade: Teatro e Capoeira;

Em alguns estudos já realizados sobre a possibilidade de se desenvolver este projeto nas escolas públicas demonstram que existem algumas limitações que dificultam o processo, na escola do campo não foi diferente, no primeiro momento gestor e coordenadores procuram orientações e aos poucos começam a surgir vários problemas, fomos procurar informações de como desenvolver essa jornada ampliada, não tivemos formação, apenas algumas informações. A primeira preocupação especialmente da gestão escolar era em como atender a clientela, preocupação esta que deveria partir do órgão competente, tendo em vista que na zona rural envolve a questão do transporte escolar, então a primeira pergunta foi: Como traríamos os alunos no contra turno se os ônibus já vem com a lotação completa? Não nos foi disponibilizado transporte, não sabíamos como fazer! Em relação ao atendimento fomos percebendo que muitos alunos teriam que ficar o dia inteiro na escola, pois o transporte escolar só passava um vez em suas casas, eram várias as preocupações, a escola não tinha estrutura física e humana para atender uma demanda que exigia almoço, banheiros adequados para banho, local de descanso, responsáveis para cuidá-los no intervalo de onze as treze horas, o recurso repassado para a escola desenvolver o projeto já vem especificado, uma pequena parte para material permanente e outra para material de consumo, não se fala em gasto com transporte, alimentação ou funcionários, apenas uma ajuda de custo para alimento e transporte dos monitores das oficinas, o primeiro recurso disponibilizado para o programa deveria durar dez meses, tivemos que desenvolver o programa mesmo com todas as dificuldades.

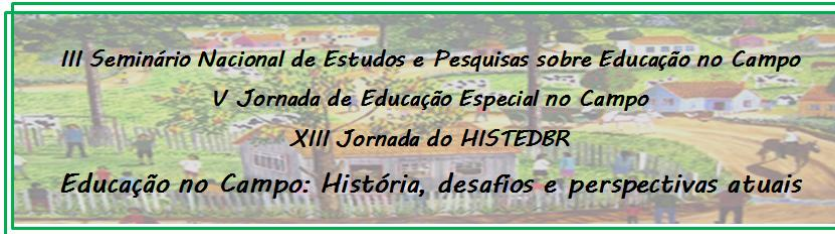
Diante de toda esta problemática especialmente pela de falta transporte e de salas de aula, organizamos então as turmas em diferentes dias, de modo que os alunos viessem para as oficinas duas ou três vezes na semana, solicitamos horas-extras para cozinha e reorganizamos os horários de direção, coordenação e até professores para cuidar os alunos no horário das 11:00h as 13:00h, essa foi uma exigência feita pelos pais quando apresentamos o programa.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Sabemos que a preocupação com a jornada ampliada do aluno na escola surgiu também impulsionado pelas mudanças do mundo contemporâneo, onde a rotina familiar mudou, em muitas famílias os adultos trabalham o dia todo, é difícil ter um lugar para deixar as crianças, acredita-se que com a educação em tempo integral as crianças estão seguras na escola, expandindo seus conhecimentos, melhorando o rendimento escolar, o que contribui para aumentar a qualidade de vida, sem contar com o fato das crianças estarem livres das criminalidades nas ruas, envolvimento com drogas entre outras situações vulneráveis. Tudo isso se refere à educação na zona urbana porém na zona rural, os pais não saem, trabalham ali mesmo em seus sítios, muitas vezes os filhos ajudam em casa, cuidando dos menores colaboram para molhar uma horta, dar água e alimento para um animal, enfim, sentimos uma resistência muito grande por parte de alguns pais em relação a permanência dos seus filhos o dia inteiro na escola, iniciamos o programa em dois mil e treze e até hoje não conseguimos chegar a uma participação ideal, pois o objetivo do governo é que o programa para escola do campo atenda todos os estudantes, muitos pais querem que seus filhos participem das oficinas de letramento e matemática, não fazem questão de outras oficinas, em 2013 as oficinas de teatro e capoeira funcionavam com uma clientela muito pequena, em 2014 mudamos a oficina de teatro para a música, porém, o interesse foi o mesmo, algumas vezes os monitores foram substituídos, isso em nada acrescentou, ao conversar informalmente com os pais percebo pelas suas falas que para eles essas oficinas não acrescentam muito na vida dos seus filhos desde que iniciamos fazemos listas dos alunos interessados nas oficinas oferecidas o maior interesse é pelo acompanhamento pedagógico- letramento e matemática, tivemos quase 50% inscritos entendem como um reforço, geralmente buscam tirar dúvidas, já para outras oficinas não conseguimos nem 25%, a oficina de canteiros sustentáveis do macrocampo agroecologia, teve alguns resultados, devido a participação mais direta da gestão e a persistência dos monitores que eram da localidade, no entanto, a dificuldade encontrada de entrosamento e envolvimento dos monitores com os professores regentes é grande, um dos motivos é que todos vem de ônibus para a escola e o horário é de um é inverso ao do outro, percebo que o maior fator que fortalece essa situação de pouca interação é a falta de alguém para coordenar o projeto, segundo o Passo a passo do Programa, deve existir um professor comunitário

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



alguém que se dedicaria 40 horas para coordenar Programa, no entanto a secretaria não disponibilizou esta pessoa, orientou a escola que os próprios coordenadores deveriam colaborar, acreditando que isso possibilitaria muito mais essa interação, porém, a escola já tem uma rotina, uma organização própria, esses coordenadores já são bastante atarefados, nem sempre tem tempo, o máximo que conseguem fazer é um pequeno intercâmbio, foi necessário uma reestruturação em alguns horários, porém, até o momento sentimos a falta do suporte dessa pessoa que poderia possibilitar uma maior interação, organizar e colaborar no planejamento das atividades para assim desenvolvermos um trabalho que realmente colabore com o pedagógico e com esse desenvolvimento integral, sobrecarregou coordenador e gestor, este último inclusive organizou e elaborou desde o horário de atendimento.

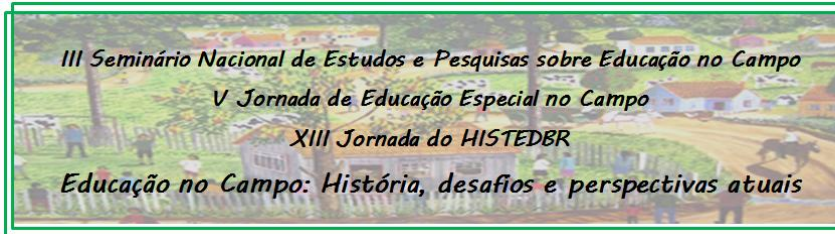
Este ano de 2015, ao realizar as inscrições para o Programa Mais Educação e perceber mais uma vez que o interesse dos alunos era pouco, apesar das várias reuniões e falas com os pais da importância das atividades resolvi perguntar o porquê de não participarem e sugeri que 20 alunos fizessem as justificativas por escrito, dos 20 alunos, 05 responderam não achar interessante para eles e os outros 15 por que ajudavam em casa, uns ajudavam a cuidar da horta, outros a cuidar do irmão mais novo enquanto a mãe cozinhava até mesmo de avó alguém ajudava a cuidar. Agora pergunto isso é exploração ou é cultura?

Conclusão

O Programa Mais Educação de maneira bem elaborada sem dúvida colabora para um desenvolvimento mais integral do aluno, porém, é preciso que seja verificada cada realidade e que a comunidade seja realmente consultada, tudo vem muito rápido, primeiro recebemos a notícia que devíamos preencher os formulários, somente depois ficamos sabendo que podíamos optar por não aderir ao programa se essa fosse a vontade da comunidade.

Uma política deve ser pensada de acordo com a realidade, tivemos um problema sério que foi a questão do transporte e coordenação, antes de se aderir um projeto é preciso que se assegure que todas as necessidades previstas para seu desenvolvimento

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



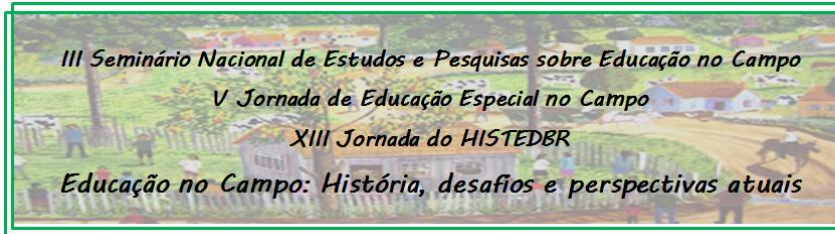
sejam garantidas, a escola necessita do diálogo e apoio do município e este do governo, no entanto isso as vezes ocorre de maneira meio superficial.

Tivemos que nos organizar como deu para desenvolver o projeto. Sabemos que o Programa Mais Educação é apenas um indutor, pois, a meta do governo é tornar todas as escolas integrais, pois, é uma política pública que em outros países tem funcionado para melhorar a qualidade da educação, porém no que se refere a educação do campo é preciso uma preocupação e discussões sobre os tipos de oficinas e as atividades que podem colaborar para o desenvolvimento do educando no seu meio, falo inclusive de formações mais específicas para aqueles envolvidos no processo, afinal, será que tirar o aluno do convívio com a família, onde os pais passam uma educação de responsabilidades e compromisso, colaboração e cultura é a melhor opção? Afinal isso é realmente exploração? Será que essa preocupação com uma educação universal extremamente capitalista, sem respeito as especificidades é mesmo o melhor para o povo camponês? Ou será que algumas políticas podem apenas colaborar para a evasão do homem do campo? Arroyo faz uma fala importante sobre a importância de se refletir educação do campo:

Esta visão do campo como um espaço que tem suas particularidades e que é ao mesmo tempo um campo de possibilidades da relação dos seres humanos com a produção das condições de sua existência social, confere à Educação do Campo o papel de fomentar reflexões sobre um novo projeto de desenvolvimento e o papel do campo neste projeto. Também o papel de fortalecer a identidade e a autonomia das populações do campo e ajudar o povo brasileiro a compreender que não há uma hierarquia, mas uma complementaridade: cidade não vive sem campo que não vive sem cidade. (ARROYO et al., 2004, p. 15).

Arroyo é bem flexivo quando trata da questão especificidades, deixa claro que não é para dividir, mas, que é necessária uma educação que reflita o fortalecimento da identidade e autonomia do povo do campo. Sabemos que essa é uma discussão que envolve muitas polêmicas, porém necessária. Observei que no Plano Nacional de Educação para educação do campo já aprovado este ano, uma das suas metas é a criação de creches para as crianças do campo, na nossa realidade de assentamentos, por exemplo, as pessoas moram longe da escola, a abertura de creche demandaria transporte adequado com banquinhos para cada bebê ou seria uma monitora para cada bebê? Até

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



hoje tem pais que não querem mandar o filho de quatro anos para a escola, imagina um bebê! As políticas estão sendo discutidas e elaboradas com participação de movimentos sociais, isso é louvável, porém é preciso que tenhamos a oportunidade de discutirmos enquanto escola e comunidade quais as necessárias, os locais, se existe demanda para tal ação, se é de interesse daquela comunidade, caso contrário enquanto para algumas comunidades ela pode ser bem vinda para outras, passa a impressão de imposição algo que vem de cima para baixo. Além da consulta a comunidade é preciso que se garanta toda estrutura adequada com respeito as especificidades, só assim se garante uma efetiva democracia com educação de qualidade.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salet; MOLINA, Mônica Castagana. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB N° 9394/96. De 20 de dezembro de 1996. Brasília.

CADERNOS SECAD – Secretaria de Educação continuada – **Alfabetização e Diversidade**. Brasília DF, Março de 2007

DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA nas escolas do campo. In. KOLLING, Edigar J.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. (Org.) **Educação do campo: Identidade e políticas públicas**. Brasília RESOLUÇÃO CNE/CEB, n.1 3 de abril de 2002 (Coleção por uma educação do campo, n. 4)

NASCIMENTO Claudemiro Godoy, Art.: Educação e cultura: As escolas do campo em movimento, **Fragments de Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 867-883, nov./dez. 2006.

Plano Nacional de Educação - **Programa Mais Educação Passo a Passo**: Ministério da Educação, portal.mec.gov.br/secad

SMEC – Secretaria municipal de educação